
PRESENÇA DE ARTISTAS E AGENTES COMERCIAIS EM PONTA DELGADA NA DÉCADA DE 1860: OS CASOS DE LUÍS NUNES DA CUNHA E DE ANTÓNIO BASÍLIO MONTEIRO

ANA CRISTINA MOSCATEL PEREIRA*
JOSÉ FRANCISCO FERREIRA QUEIROZ**

Introdução

É geralmente aceite que o Romantismo em Portugal coincide, *grosso modo*, com o Liberalismo, sendo um período caracterizado — entre outras coisas — por um notório e crescente processo de emulação (Queiroz 2002, 659). Procurando mostrar-se mais cosmopolita, viajada e conhecedora da moda — cada vez mais volúvel e cada vez mais facilmente imitada, devido às emergentes publicações periódicas e catálogos — a sociedade burguesa com poder aquisitivo torna-se particularmente suscetível de encarar como uma necessidade aquilo que, décadas antes, era inexistente ou acessível apenas a uma elite, devido ao seu alto preço. O Romantismo é também caracterizado pelo início de uma relação estreita entre Arte e Indústria (Queiroz 1999a, 140-144; Queiroz 1999b, 177-182), estando na origem do que atualmente entendemos por Design: a reprodução de um objeto artístico em larga escala retirava-lhe valor, mas mais importante do que o objeto em si era a conceção estética do modelo, sendo particularmente reveladora

* CHAM, Universidade dos Açores. E-mail: acmoscatel@gmail.com.

** CEPESE, Universidade do Porto. E-mail: correio@franciscoqueiroz.com.



de bom gosto a opção que se fazia pela aquisição de uma determinada reprodução, em vez de outra.

No Portugal Romântico, da máquina a vapor e do caminho-de-ferro, das sociedades anónimas e das grandes exposições, dos jornais diários e do fascínio pelo pitoresco e pelo exótico, incrementa-se a busca pelo progresso material, com recurso às cada vez mais numerosas novidades que as artes, as ciências e a técnica iam possibilitando. Apesar de posicionados de forma periférica face a Portugal continental — que, por sua vez, era também território periférico face aos principais centros culturais, artísticos e tecnológicos, os Açores não estavam alheios a esta tendência de abertura às novidades desse período.

No âmbito do século XIX micaelense, a década de 1860 conjuga uma série de contingências sociais, culturais e económicas, que proporcionariam a movimentação e circulação de determinados materiais e, com eles, a ativação de redes comerciais. As obras do Porto Artificial de Ponta Delgada, a construção do Teatro Micaelense, a exportação da laranja, a crescente concorrência dos negociantes judeus na importação e distribuição de bens na ilha, o desenvolvimento do tráfego marítimo transatlântico e a acentuação da procura estrangeira dos portos insulares para apoio às travessias, são algumas dessas contingências. A título de exemplo, o número substancial de pessoas ligadas ao trabalho da madeira e a própria importação deste material¹ justificam-se com a necessidade de fabricar as caixas para a exportação de laranjas. De igual modo, o ferro assumia cada vez maior utilização, com aplicações utilitárias (materiais para cozinha que vinham de Inglaterra²), estruturais e decorativas (varandas, gradeamentos, etc.) e em maquinaria (obras do Porto Artificial). Esta última obra foi, sem dúvida, responsável por grande parte da movimentação de ferro e carvão para e na ilha, proporcionando a emergência

¹ Testemunhos patentes em diversos registos da Alfândega de Ponta Delgada e em numerosos anúncios na imprensa local coeva.

² Como se atesta pelos diversos registos de entrada de produtos na Alfândega de Ponta Delgada.

de serralharias e fundições, intensificando e desenvolvendo o trabalho nestas áreas a nível local³.

Para esboçarmos alguns exemplos que relativizam a aparente clivagem entre *centro* e *periferia*, nomeadamente no que diz respeito à representação e mobilidade de pessoas, materiais e técnicas, socorremo-nos sobretudo dos registos de entrada de produtos na Alfândega de Ponta Delgada, das licenças e alvarás do Governo Civil de Ponta Delgada e da Administração do Concelho, de alguns registos paroquiais e ainda da imprensa micaelense, especialmente no que diz respeito aos anúncios e pequenas notícias locais. Cruzando estas fontes, encontrámos hipóteses de estudo interessantes e que pretendemos, futuramente, aprofundar e esclarecer. Será necessário confrontar outras fontes primárias, para obter maior segurança nas asserções; nomeadamente os registos paroquiais, os almanaques, ou os róis de desobriga, que só muito esporadicamente foram consultados para este trabalho. Recorremos, igualmente, a algumas fontes continentais e a bibliografia específica, de modo a determinar casos de estudo que permitam descortinar — ainda que provisoriamente — ligações no que se refere à mobilidade de alguns artistas, artífices e comerciantes, e à circulação de certos materiais, bem como aos consumos artísticos na cidade de Ponta Delgada, durante a mencionada década.

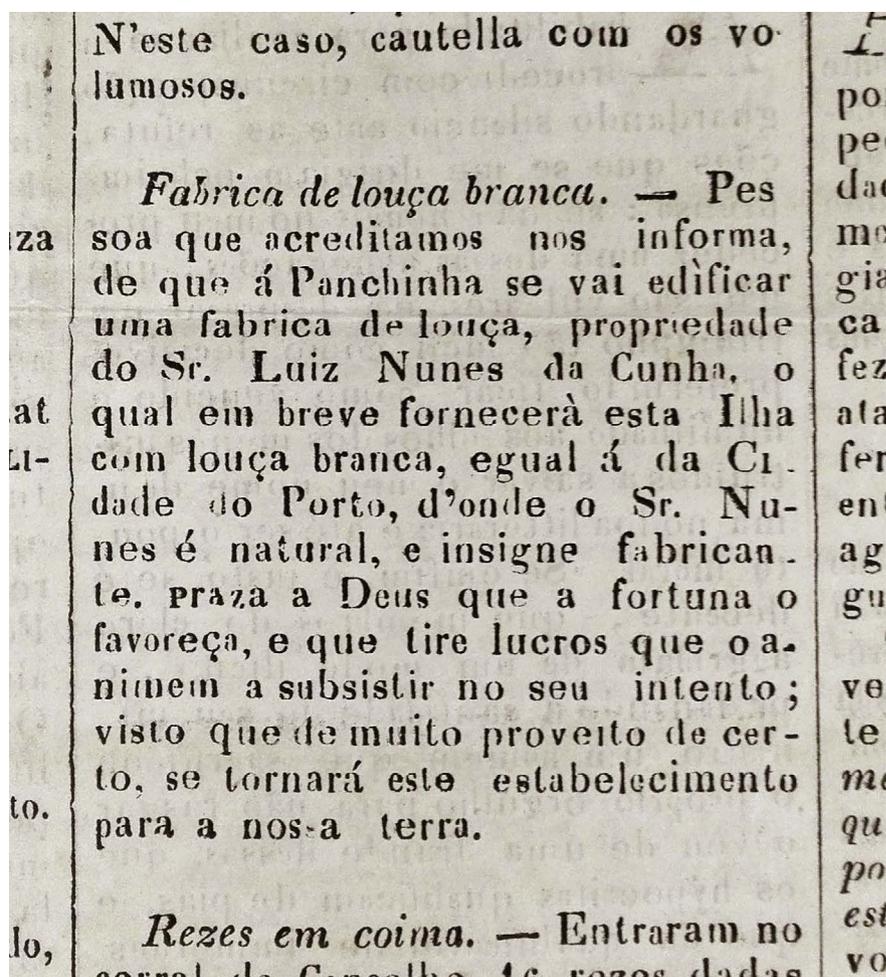
A importação direta de materiais ou produtos artísticos, a fixação de artistas e artífices não açorianos; a passagem efémera de artistas, artífices e negociantes de produtos artísticos pela cidade; e os açorianos que atuavam como depositários ou representantes de empresas continentais; são estes os tópicos que pesquisámos e que afluíram seguidamente, com recurso a dois casos de estudo⁴.

³ Para uma breve contextualização socioeconómica micaelense em meados do século XIX veja-se: Silva 2000: 299-357; João 1991; João 2004: 75-92; Dias, 1996: 136-137; Matos, Meneses e Leite 2008, vol. II.

⁴ Devido às normas impostas quanto ao limite de páginas, o texto reflete somente uma parte da comunicação apresentada, razão pela qual os autores entenderam alterar ligeiramente o título e o resumo que constaram no programa do Colóquio.

1. Luís Nunes da Cunha e a *Fábrica de Louça do Porto* na Pranchinha

Foi sobretudo das barras de Lisboa e do Porto que saíram alguns dos artistas, artífices e comerciantes portugueses continentais que pudemos localizar em Ponta Delgada na década de 1860, assim como na década anterior e nas duas décadas seguintes. Os dados já compilados permitem supor que estes homens não eram propriamente oriundos do interior mais recôndito de Portugal continental, mas sobretudo das próprias cidades de Lisboa e Porto, ou arredores. No que diz respeito aos arredores do Porto, são vários os casos documentados de gaienses que se instalam na ilha de S. Miguel em meados do século XIX. O caso provavelmente mais conhecido é o do co-fundador da Fábrica de Cerâmica da Lagoa, Bernardino da Silva, que será analisado em estudo próprio.



Referência à instalação da fábrica de louça branca de Luís Nunes da Cunha na Pranchinha. In *Açoriano Oriental*, n.º 817, 05 de outubro de 1850.

Todavia, na área da faiança, a ligação estética e tecnológica da ilha de S. Miguel a Vila Nova de Gaia é anterior à chegada de Bernardino da Silva à Lagoa. Em janeiro de 1849, Luís Nunes da Cunha está já estabelecido em Ponta Delgada, em sociedade cuja firma apresenta o seu nome, com um armazém no Largo da Praça, do lado sul da igreja matriz, onde vendia, por exemplo, casacos de lã⁵. Porém, só em 1850, a imprensa micaelense noticia que Luís Nunes da Cunha pretendia estabelecer na zona da Pranchinha uma fábrica de louça branca, igual à que era produzida na cidade do Porto⁶.

Um ano depois, o mesmo jornal noticia a chegada à ilha desse gaiense⁷, fazendo presumir que dar-se-ia início aos trabalhos da sua fábrica de louça vidrada em Ponta Delgada⁸. Efetivamente, Cândido Abranches afirma que a fábrica de Luís Nunes da Cunha foi fundada na Pranchinha apenas em 1851 (Abranches 1869, 40). Uma referência de António Teixeira de Macedo, extraída de uma estatística de Ponta Delgada em 1853 (Dias 1996, 206), confirma que a fábrica já estava a produzir, mas em pequena escala. Talvez por isso, um almanaque lisboeta de 1886 (ecoando os dados do inquérito industrial feito à escala nacional cinco anos antes) refira que a fábrica “*de Luiz Nunes da Cunha, com sede na Pranchinha*”, fora fundada em 1854. Esta fábrica tinha então apenas 2.000\$000 de capital, contrastando um pouco com as outras duas fábricas micaelenses mencionadas na mesma fonte, ambas também dirigidas por gaienses: a do já referido Bernardino da Silva, supostamente fundada em 1862 na Lagoa, com 7.000\$000 de capital, e a de Manuel Leite Pereira, anterior sócio de Bernardino da Silva, fundada oficialmente em 1872, também na Lagoa, com 8.000\$000 de capital⁹.

⁵ *Açoriano Oriental*, n.º 727, 06 de janeiro de 1849.

⁶ *Açoriano Oriental*, n.º 817, 05 de outubro de 1850.

⁷ Pode ter saído da ilha temporariamente, para preparar a montagem da referida fábrica.

⁸ *Açoriano Oriental*, n.º 868, 20 de setembro de 1851.

⁹ *Almanach Commercial de Lisboa para 1886* (Lisboa, Typ. Universal, 1885): 149.

Por conseguinte, a fábrica de Luís Nunes da Cunha seria bastante pequena e produzia louça, contando com apenas 4 trabalhadores em 1872¹⁰ e 8 trabalhadores em 1881¹¹, ao contrário das fábricas da Lagoa, que também produziam algum azulejo e peças ornamentais para exterior, em faiança. Mesmo assim, Luís Nunes da Cunha deixou rasto documental em Ponta Delgada. Em 1862, a sua unidade era identificada como “*fábrica de loiça do Porto*” em anúncios locais¹² e, em 1870, como a “*fábrica de louça da Pranchinha*”¹³. O próprio, naquele ano, publicitava que manufaturava e vendia loiça branca e de cores, “*própria para consumo da terra*” e “*sendo a sua qualidade igual à que vem da cidade do Porto, a qual se vende por atacado, às caixas e a retalho, e por preço muito cómodo*”¹⁴, indiciando, também, que continuou a vender produtos cerâmicos fabricados no continente, por certo privilegiando os produzidos pelos seus parentes estabelecidos no Porto e em Vila Nova Gaia. Já em 1864, Luís Nunes da Cunha recebia chumbo e arame, provenientes do Porto¹⁵. É possível que o chumbo se destinasse ao processo de produção de faiança da sua pequena fábrica da Pranchinha¹⁶.

Diz-nos Cândido Abranches, a esse respeito, que se tratava de uma fábrica produtora de “*louça branca ordinária, conhecida aqui pelo nome de louça do Porto*”, empregando, para esse efeito, 40 carros anuais de barro branco importado de Inglaterra e Portugal, 400 kg de chumbo, 10 kg de esmalte, 10 kg de sedimentos de ouro, 50 kg de estanho e 10 kg de antimónio.

¹⁰ BPARPD, Governo Civil de Ponta Delgada, Cota: 1666.20.13, (*Ofício enviado ao Governador Civil do Districto pelo Administrador do Concelho de Ponta Delgada dando nota do número de funcionários existentes nas fábricas do Concelho*, 08 de outubro de 1872).

¹¹ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA. REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA, *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 10.

¹² O anúncio do armazém de mercearias de Manuel António do Nascimento, sito à Pranchinha, localiza o dito armazém “*próximo às fábricas de velas de cebo refinado e louça do Porto*”. *Açoriano Oriental*, n.º 1434, 26 de julho de 1862.

¹³ *A Persuasão*, n.º 421, 09 de fevereiro de 1870.

¹⁴ *Açoriano Oriental*, n.º 1421, 26 de abril de 1862.

¹⁵ BPARPD, Alfândega de Ponta Delgada, Cota: ALFPDL 910 (*Livro da Porta*, 1864-65).

¹⁶ Sobre a produção em geral das fábricas de cerâmica da Lagoa veja-se os diversos trabalhos da autoria de Rui de Sousa Martins, nomeadamente: *A Cerâmica da Lagoa*, Lagoa: CML, 2000; “A produção cerâmica nos Açores: uma perspetiva sistémica”, *Arquipélago. Ciências Sociais*, 11-12 (1998): 581-633.

Acrescenta Abranches que a loiça saída daquela fábrica da Pranchinha era toda consumida na própria ilha, tal como a que saía da supramencionada primeira fábrica de cerâmica da Lagoa, a que se acrescentava ainda a loiça do mesmo género importada – pelas próprias fábricas ou por comerciantes – para venda local (Abranches 1869, 40).

Luís Nunes da Cunha era filho do segundo casamento de Manuel Nunes da Cunha¹⁷, com Joana Margarida de Oliveira¹⁸, e pertencia a uma importante família de industriais cerâmicos estabelecida no Porto e em Vila Nova de Gaia¹⁹. Efetivamente, esta família esteve ligada às seguintes fábricas de cerâmica: a da Fervença (ou da Mesquita), em Vila Nova de Gaia²⁰; a do Carvalhinho, no Porto²¹; a do Cavaquinho, em Vila Nova de Gaia²²; e a do Monte Cavaco, também em Vila Nova de Gaia²³.

¹⁷ Sobre as fábricas de cerâmica de Nunes da Cunha, veja-se Domingues 2009, vol.1: 245-273.

¹⁸ Sobre a família Nunes da Cunha, veja-se Leão 2003, 14-19.

¹⁹ Leão 1999, 200-201.

²⁰ A Fábrica da Fervença foi fundada por Manuel Nunes da Cunha (falecido em 1865), decano da família e pai do Luís Nunes da Cunha que se fixou em Ponta Delgada. Em 1859, Manuel Nunes da Cunha delegou a gestão no filho, Joaquim Nunes da Cunha, através de arrendamento. A Fábrica da Fervença viria a ser parcialmente desmantelada, devido à abertura do ramal da estrada de Lisboa desde a Bandeira à Ponte Pênsil (actual Rua General Torres). No ano de 1860, os activos da Fábrica da Fervença haviam sido já transferidos por Joaquim Nunes da Cunha para o sítio do Cavaco, também em Vila Nova de Gaia, no edifício da antiga fábrica real de louça.

²¹ A Fábrica do Carvalhinho foi fundada à volta de 1840-1841 por Tomás Nunes da Cunha (filho de Manuel Nunes da Cunha, da Fábrica da Fervença), em conjunto com António Cantarino. Viria a especializar-se em azulejo. Na década de 1920, transferiu-se para Vila Nova de Gaia.

²² Como já referimos em nota anterior, com a perspectiva do desmantelamento parcial da Fábrica da Fervença, à volta de 1860 os activos desta fábrica foram passados por Joaquim Nunes da Cunha para a antiga fábrica real de louça, no sítio do Cais do Cavaco, embora a casa do seu pai, Manuel Nunes da Cunha, tenha continuado na Fervença.

²³ João Nunes da Cunha, irmão do Luís Nunes da Cunha que se fixou em Ponta Delgada, teve ligação efémera à Fábrica da Bandeira (em Vila Nova de Gaia) e, a partir de 1858, à Fábrica do Monte Cavaco, por ter constituído sociedade com o Padre Gualter da Piedade Queiroz, fundador da dita fábrica. Já em 1853, o Padre Gualter da Piedade Queiroz pedira um empréstimo a Manuel Nunes da Cunha, proprietário da Fábrica da Fervença, tendo então passado esta fábrica a estar muito dependente da família Nunes da Cunha. Aliás, ainda antes de João Nunes da Cunha constituir sociedade com o Padre Gualter da Piedade Queiroz, já a Fábrica do Monte Cavaco era gerida pelo genro de Tomás Nunes da Cunha, da Fábrica do Carvalhinho. À volta de 1862, João Nunes da Cunha terá fundado uma efémera fábrica própria de cerâmica em terreno situado entre a do seu meio-irmão Joaquim



Ruínas daquela que foi a fábrica de cerâmica de Tomás Nunes da Cunha, no sítio do Carvalhinho, no Porto. Foto de Francisco Queiroz, 2004.

As frequentes menções à “*loija do Porto*” em Ponta Delgada não se deviam apenas aos homens desta cidade do norte do continente português que a manufacturavam localmente, introduzindo, assim, novas técnicas e estéticas na ilha, mas também devido à presença de alguns comerciantes com a mesma origem geográfica, que a encomendavam e vendiam, generalizando o uso. Refira-se a firma José Joaquim Lopes de Azevedo & Filhos,

Nunes da Cunha, no Cais do Cavaco, e aquela que o seu meio-irmão Tomás Nunes da Cunha detinha e fora do Padre Gualter da Piedade Queiroz, no Monte Cavaco.



Largo da Matriz de Ponta Delgada, podendo ver-se o edifício sede da firma Azevedos & C.^a Sucessores (postal antigo).

Azevedo & Irmão e, depois, Azevedo & C.^a Sucessores. Natural do Porto, José Joaquim Lopes de Azevedo terá estado radicado no Brasil, de onde veio estabelecer-se na ilha, em 1840, fundando uma casa de ferragens, vidros e drogas (Supico 1995, 469), vendendo vários outros produtos, incluindo a tal “loiça do Porto”. Aliás, os *Azevedos* eram localmente conhecidos, em finais da década de 1850, como os “*homens do Porto*”²⁴, publicitando o seu negócio com menção explícita aos azulejos que cobriam a fachada do seu estabelecimento junto à igreja Matriz²⁵, azulejos esses que — não por acaso — eram semelhantes a outros que revestiam fachadas no Porto e que terão inaugurado em Ponta Delgada uma nova solução decorativa para fachadas (Queiroz 2015). Outro caso semelhante ocorreu com o comerciante José Joaquim da Silva Gabriel, oriundo de Magrelos (Marco de Canaveses),

²⁴ *Açoriano Oriental*, n.º 1119, 12 de julho de 1856.

²⁵ *Açoriano Oriental*, n.º 1208, 27 de março de 1858.



“Casa d’azulejo” na Rua dos Mercadores. Foto de Cristina Moscatel, 2015.

que usava a mesma estratégia da sociedade *Azevedos* mas para publicitar a sua loja de ferragens na Rua dos Mercadores, apodando-a de *Casa d’Azulejo*, onde vendia, entre variados materiais e bens, “*loiça do Porto*”²⁶ e “*de Braga (esta amarela e vidrada)*”²⁷. Aliás, desde 1850 que José Joaquim da Silva Gabriel anunciava a venda de “*bules pretos de louça fina, de grande até muito*

²⁶ José Joaquim da Silva Gabriel tinha uma sociedade com Emídio Jacinto Tavares e o armazém situava-se, inicialmente, na Rua dos Mercadores n.º 16-16A, mudando-se em 1862 para a chamada *Casa d’Azulejo*, na mesma rua, no número 80. Em 1867, Silva Gabriel anunciava que vendia azulejos iguais aos da sua casa e mandava vir em quaisquer outras cores. No seu armazém, para além da “*louça do Porto*”, vendia diversos outros produtos com origem naquela cidade. Em 1870, dissolve a sociedade com Emídio Jacinto Tavares. José Joaquim da Silva Gabriel ocupou cargos diversos em agremiações ligadas ao comércio e aos “*artistas*”, nomeadamente a Sociedade Aliança Beneficente e a Sociedade Promotora do Progresso, tendo pertencido, também, à gerência da Caixa Económica da Sociedade de Socorros de Ponta Delgada.

²⁷ *Açoriano Oriental*, n.º 1263, 06 de abril de 1859.

pequena”, vindos da cidade do Porto, no seu armazém, então no n.º 16 da Rua dos Mercadores²⁸.

1.2. António Basílio Monteiro, modelador da Fábrica da Abrigada

Em 1868, a imprensa local dava conta da permanência na ilha, há já algum tempo, do modelador da Fábrica da Abrigada, António Basílio Monteiro, responsável, entre outras obras, pela execução em grés de um busto do Duque da Terceira que fora oferecido ao Rei²⁹. Segundo a mesma notícia, António Basílio Monteiro teria realizado uma “obra primorosa”, com três florões a ornamentar os tetos de duas salas da casa de Pedro Severim (possivelmente, Luís Pedro Severim, Guarda-mor do Tribunal da Relação³⁰), rematando que, naquele género, ainda não se havia trabalhado nada com tamanha perfeição: “*Numa terra como São Miguel necessitava-se muito de quem satisfizesse a este género de trabalhos na altura dos progressos artísticos da actualidade (...)*”. Para além do trabalho decorativo em casa de Pedro Severim, a mesma fonte dá ainda conta da ação mecenática do Visconde da Praia e Monforte, “*incansável protetor das artes e dos artistas*”, nomeadamente com a encomenda de dois grandes vasos ao dito Basílio Monteiro, entre outros trabalhos que ainda não pudemos determinar.

Numa nota de divulgação do seu trabalho na imprensa local, António Basílio Monteiro anuncia que aceitava encomendas de obras para tetos de salas, ornatos para tarjas (a 1\$000 por metro), florões que “*se não tem uzado em outra parte*” (a 10\$000 pela mão de obra), esculturas de barro de Lisboa cozido (a 5\$000 por palmo) e vasos “*a bronze e cobre*” (a 5\$600 cada um de dois palmos e meio)³¹.

²⁸ *Açoriano Oriental*, n.º 788, 09 de março de 1850.

²⁹ *A Persuasão*, n.º 361, 16 de dezembro de 1868.

³⁰ A casa corresponderá ao imóvel sito por cima da atual Papelaria Lusitânia, em Ponta Delgada, segundo informação gentilmente prestada por Pedro Pascoal de Melo.

³¹ *Diário de Notícias*, n.º 104, 17 de novembro de 1869.



Rua de São João, vendo-se, à esquerda, as casas de Jordão Jácome Correia e, à direita, o extinto convento de São João Evangelista servindo como quartel.

Em Outubro de 1869, Basílio Monteiro seguiu no “Insulano” para a ilha do Faial, anunciando a imprensa micaelense que o modelador pretendia estar cerca de dois meses pelas restantes ilhas, mantendo-se, porém, a receção de encomendas para quando regressasse a São Miguel³². A sua chegada ao Faial daria azo a uma nota num jornal local, *O Fayalense*, referindo tratar-se de um “escultor de figura e ornamento, mui conhecido em Lisboa pelo seu talento artístico” e que na ilha de São Miguel havia já realizado “alguns trabalhos de reconhecido gosto e perfeição, o que o torna recomendável”³³. E, de facto, em 1869 continuam os elogios sobre os seus trabalhos na ilha de São

³² *A Persuasão*, n.º 375, 24 de março de 1869.

³³ *Diário de Notícias*, n.º 72, 08 de outubro de 1869.

Miguel, nomeadamente sobre a ornamentação que em março daquele ano executava para as salas de Jordão Jácome Correia³⁴.

Refira-se que a Fábrica da Abrigada foi fundada na Abrigada, perto de Alenquer, em meados da década de 1850, por Francisco Rafael Gorjão Henriques da Cunha Coimbra Botado e Serra, dono da Quinta da Abrigada, aproveitando a existência de um banco de argila naquele local. Sendo possivelmente a mais antiga fábrica de cerâmica ainda em atividade em Portugal nas mesmas instalações, há décadas que se dedica a materiais de construção, tendo-se especializado em refratários. Durante muitos anos, foi conhecida pelo fabrico de peças utilitárias em grés. Sabemos, porém, que inicialmente produziu também louça e peças com componente mais artística, no que não terá sido bem-sucedida. A Companhia de Produtos de Louça da Abrigada, à qual estiveram ligados o Duque de Saldanha e Júlio Caldas Aulete, não terá inicialmente alcançado o sucesso pretendido, por suposta “*falta de conhecimento prático*”³⁵. Em 1864, tinha como diretor João José da Fonseca, mestre da fábrica entre 1860 e 1865 e, certamente, o homónimo modelador que colaborou posteriormente com a célebre Fábrica de Cerâmica das Devesas. Saindo aquele da fábrica da Abrigada, a exploração terá paralisado, recuperando o alento posteriormente, mas para cessar de novo devido à falta de capital necessário para oficinas e maquinaria e ao fraco consumo dos seus produtos. Supõe-se que teria sido neste período, pós João José da Fonseca, que António Basílio Monteiro modelou artefactos na Abrigada. Um pouco após 1873, ter-se-á formado uma nova companhia sob a designação de Fábrica da Abrigada, com depósitos no Carregado e em Lisboa, na rua 24 de Julho, a qual produzia e comercializava tubos, telhões e sifões de grés, barro e tijolos refratários, tubos de drenagem, etc. Segundo José Queirós, no início do século XX havia poucos

³⁴ *A Persuasão*, n.º 375, 24 de março de 1869. A residência de Jordão Jácome Correia corresponde ao edifício da atual Escola Roberto Ivens, em Ponta Delgada, segundo informação gentilmente prestada por Pedro Pascoal de Melo.

³⁵ Segundo Guilherme Henriques, acedido em 26/04/2015, em <http://www.cm-alenquer.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=28d1c923-41a5-4a11-92d9-72ad110a95cd>.



Fotografia antiga da Fábrica da Abrigada (gentileza da Companhia Nacional de Refractários).

anos que a parte técnica da fábrica era dirigida por João Veiga da Cunha, capitão de engenharia, cuja competência nesta área era sobejamente conhecida. O escritório em Lisboa situava-se, então, na Rua 24 de Julho, n.º 460 (Queirós 1987, 93), onde se sediava também a firma de António Moreira Rato. Há, aliás, anúncios de António Moreira Rato referindo a Fábrica da Abrigada, pelo que certamente existiria algum tipo de parceria empresarial e, por volta de 1890, na própria fachada dos escritórios de António Moreira Rato & Filhos mencionava-se a Fábrica da Abrigada.

Dono daquela que terá sido possivelmente a maior oficina de cantarias de mármore do seu tempo em Portugal, António Moreira Rato está também representado com obras em Ponta Delgada. Porém, António

Moreira Rato, assim como mais artistas e artífices continentais da mesma época, serão tratados noutro estudo.

Conclusão

Este trabalho pretendeu ser uma primeira e ainda incipiente abordagem às presenças artísticas e influências estéticas e comerciais de continentais na ilha de São Miguel, na década de 1860. Com os exemplos abordados, afluímos a existência de relações centro-periferia que introduziram novas estéticas e novos materiais na ilha, criando hábitos de utilização de tipologias de objetos de carácter utilitário e não utilitário, nomeadamente a cerâmica *do Porto* ou os trabalhos de modelação para tetos.

A partir daqui, haverá que sedimentar o conhecimento sobre como e até que ponto foram, ou não, essas relações centro-periferia (re)estruturantes e definitivas na criação e evolução dessas estéticas e técnicas artísticas, alicerçadas em redes comerciais transatlânticas. Isso poderá passar pela elaboração de um quadro de presenças de artistas e artífices estrangeiros e nacionais na cidade de Ponta Delgada, neste período, procurando-se determinar a sua actividade, abordando técnicas, influências estéticas e a circulação de materiais.

BIBLIOGRAFIA

- DIAS, Fátima Sequeira. 1996. *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica: a Casa Bensaúde e os Açores: 1800-1970*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura.
- DIAS, Fátima Sequeira. 1996. "Os empresários micaelenses no século XIX: o exemplo de sucesso de Elias Bensaúde (1807-1868)". *Análise Social*, vol. XXXI, (136-137).
- DOMINGUES, Ana Margarida Portela. 2009. *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, vol.1.
- JOÃO, Maria Isabel. 1991. *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos.
- JOÃO, Maria Isabel. 2004. "Economia e sociedade açoriana em meados do século XIX". *O Tempo de Manuel de Arriaga: Atas do Colóquio organizado pelo CH da UL e pela AAALH*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, pp. 75-92.

- LEÃO, Manuel. 1999. *A cerâmica em Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- LEÃO, Manuel. 2003. “Uma família de ceramistas — Nunes da Cunha”. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, n.º 56, (Junho), pp. 14-19.
- MARTINS, Rui de Sousa. 1998. “A produção cerâmica nos Açores: uma perspetiva sistêmica”. *Arquipélago. Ciências Sociais*. Ponta Delgada: UAÇ, n.º 11-12, pp. 581-633.
- MARTINS, Rui de Sousa. 2000. *A Cerâmica da Lagoa*. Lagoa: CML.
- MARTINS, Rui de Sousa. 2015. “Fontes Batismais na faiança da ilha de São Miguel, sécs. XIX-XX”. In *Artes Decorativas nos Açores. Subsídios para o seu estudo nas ilhas de São Miguel e Terceira*, coord. de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa. Porto: CITAR-Universidade Católica do Porto, pp. 201-243.
- MATOS, Artur Teodoro de, MENESES, Avelino de Freitas de; LEITE, José Guilherme Reis. 2008. *História dos Açores*. Angra do Heroísmo: IAC, vol. II.
- QUEIRÓS, José. 1987. *Cerâmica portuguesa e outros estudos*. Organização, apresentação, notas e adenda iconográfica de José Manuel Garcia e Orlando da Rocha Pinto. Lisboa: Presença, 3.ª edição.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira. 2015. “Azulejaria de fachada na Ilha de S. Miguel: os primeiros exemplos na cidade de Ponta Delgada”. *Actas da International Conference, Glazed Ceramics in Architectural Heritage — GlazeArch 2015*. Lisboa: LNEC, em formato eletrónico.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira. 2002. *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal. Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, Vol. 1, Tomo 2.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira. 1999. (a) “O ensino das artes industriais no Porto do século XIX”. In *O Tripeiro*, 7.ª Série, ano XVIII, n.º 5 (Maio), pp. 140-144.
- QUEIROZ, José Francisco Ferreira. 1999. (b) “O ensino das artes industriais no Porto do século XIX”. In *O Tripeiro*, 7.ª Série, ano XVIII, n.º 6 (Junho), pp. 177-182.
- SILVA, Susana Serpa. 2000. “Aspectos da vida social e cultural micaelense na segunda metade do século XIX”. *Arquipélago-História*, 2.ª série, IV — N.º 2, pp. 299-357.

Fontes Impressas

- ABRANCHES, Joaquim Cândido. 1869. *Album Michaelense*. Ponta Delgada: Typ. de Manoel Corrêa Botelho.
- Almanach Commercial de Lisboa para 1886*. Lisboa: Typ. Universal, 1885.
- Ministerio das obras publicas, commercio e industria. repartição de estatística. *Resumo do Inquérito Industrial de 1881*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.
- Supico, Francisco Maria. 1995. *Escavações*. Ponta Delgada: ICPD, Vol. I-III.

Periódicos

- Açoriano Oriental* (1849-1870)
- A Persuasão* (1862-1870)
- Diário de Notícias* (1869)

Fontes Manuscritas

- Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPD] — Alfândega de Ponta Delgada, *Livros da Porta (1860-1868)*.
- Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada [BPARPD] — Governo Civil de Ponta Delgada. *Correspondência (1870-1875)*.